

A PAISAGEM DO BAIRRO COLÔNIA DO MARÇAL EM SÃO JOÃO DEL-REI (MG): Qualidade de vida e expansão urbana

Mariana Chaves Monti Souza

UFSJ

marianacms13@gmail.com

Márcio Roberto Toledo

UFSJ

mtoledo@ufs.edu.br

1 – INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma análise da dinâmica urbana do bairro Colônia do Marçal considerando seus aspectos econômicos, sociais e políticos, ponderando sobre as transformações na paisagem entre 2014 e 2017.

A análise do bairro Colônia do Marçal envolve as dimensões quantitativas e qualitativas da infraestrutura urbana considerando os valores do Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) e o Índice de Bem-Estar Urbano Municipal (IBEU) de São João del-Rei representados em gráficos, mapas, levantamento histórico e fotográfico da área.

O bairro Colônia do Marçal é o quinto núcleo central de São João del-Rei distante aproximadamente 5 quilômetros do centro da cidade e ocupado no século XIX pelos imigrantes italianos que praticavam atividades de pecuária e cultivo de hortaliças (TEIXEIRA, 2011). Atualmente, este bairro é alvo da especulação imobiliária devido a grandes empreendimentos sendo um eixo de intensa expansão da mancha urbana. Conforme Andrade, Toledo, Oliveira e Barbosa (2014):

(...) De acordo com o setor de engenharia da prefeitura desse município estão projetados para o bairro Colônia do Marçal diversos empreendimentos imobiliários privados, tais como residenciais e loteamentos dentre os quais podemos citar os residenciais Village Paraíso da Serra, Recanto da Serra, Jardim Coloniais, Balviere, Vila São Pedro, Jardim Aeroporto, Rincão Del Rei, e loteamentos como Solar da Serra, Recreio Das Alterosas, Vila Do Carmo, Nascente do Sol, Paisagem Solar da Serra, Portal Vila Rica, Nossa Senhora da Conceição, entre outros (ANDRADE, TOLEDO, OLIVEIRA e BARBOSA, 2014, p. 1005, grifos nossos).



2 – OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a dinâmica urbana do bairro Colônia do Marçal e compreender as modificações na paisagem, além de debater a categoria analítica paisagem.

3 – METODOLOGIA

Realizamos levantamentos bibliográficos e de dados, imagens e fotografias da área em questão; levantamento e análise de mapas da área estudada e das ruas que foram fotografadas para a compreensão da dinâmica da paisagem urbana do bairro no período de 2014 a 2017.

O trabalho se desenvolveu por meio de visitas ao bairro para apreciação das dinâmicas econômica e social, com foco em suas vias estruturantes de circulação, como a Avenida Luiz Giarola, a Avenida Antonina de Almeida Neves e ruas selecionadas que evidenciam a falta de infraestrutura urbana, sendo este um aspecto recorrente no tecido urbano de São João del-Rei. Esta assertiva será confirmada com dados do Índice de Bem-Estar Urbano dos municípios brasileiros de 2010 (RIBEIRO & RIBEIRO, 2016). Este índice foi desenvolvido pelo INCT Observatório das Metrôpoles em 2010 com base na metodologia do Índice de Bem-Estar Urbano Global (RIBEIRO & RIBEIRO, 2013).

Este trabalho apresenta uma discussão da história da cidade que se relaciona com a história do urbano, mas que envolve: “a história dos transportes, a história da propriedade, da especulação, da habitação, do urbanismo, da centralidade” (SANTOS, 2008, p. 34).

A necessária revisão dos conceitos de “espaço urbano”, “especulação imobiliária”, “agentes sociais” e “qualidade de vida” foi realizada para entendermos os agentes que produzem o espaço urbano e compreendermos a área analisada. O período da globalização modificou de forma decisiva a capacidade de gerar símbolos (CASTELLS, 2008; MONGIN, 2009) devido ao surgimento uma nova economia chamada “informacional, global e em rede” (CASTELLS, 2008). Essa economia transformou a configuração socioespacial das cidades por causa da forma de circulação



em rede dos produtos (CASTELLS, 2008) e as suas relações com o “urbano generalizado” advindo da urbanização excludente e da submissão à prevalência de diversos fluxos como transportes e telecomunicações (MONGIN, 2009).

3.1 - DISCUTINDO BREVEMENTE O CONCEITO DE PAISAGEM

O conceito de paisagem possui um grande arcabouço de definições e é basilar para o pensamento geográfico conforme abordaremos sinteticamente neste texto. Este conceito compreende diversas definições, desde Humboldt no início do século XIX (MORAES, 2005), passando pelos estudos regionais na França e na Alemanha no final do século XIX (AMORIM FILHO, 2007), até os dias de hoje.

A história do pensamento geográfico revela mudanças na conceituação de paisagem ao longo do tempo. Fundamental, entretanto, é considerar sua heterogeneidade exemplificado por Santos (2008):

A paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea. (SANTOS, 2008, p. 22, grifos nossos).

Este conceito de paisagem envolve as dimensões de escala e do olhar porque abarca nossos sentidos; é apreendida através dos sentidos. Também é seletiva porque cada indivíduo observa, olha, contempla e analisa de forma diferente devido à subjetividade e a sua forma particular de leitura do mundo.

Segundo Santos (2012), a paisagem é constituída por dois tipos de elementos denominados objetos naturais e sociais que se referem à herança das atividades e do trabalho humano passado quando observadas no presente. A paisagem revela fatos do presente e do passado (SANTOS, 2014). Seus elementos demonstram o efeito cumulativo de tempos, de diversas técnicas utilizadas, fruto de “adaptações (imposições) verificadas aos níveis regional e local, não só a diferentes velocidades como também em diferentes direções” (SANTOS, 2014, p. 68).

Vale ressaltar que a paisagem apresenta formas ou artefatos de tempos históricos diferentes, sendo resultado de processos ocorridos nas estruturas passadas, e sua especificidade está relacionada à reprodução de diferentes níveis de forças produtivas no campo material e imaterial (SANTOS, 2008).



Segundo Carlos (2007), a paisagem também se refere a concepções do “espaço vivido” porque compreende o nosso estar no mundo sendo fundadora das nossas identidades pessoais e coletivas porque é o local onde estamos inseridos. Esta abordagem trata a paisagem como o resultado das nossas práticas culturais, com a materialidade e aspectos simbólicos conforme Carlos (2007):

(...) a natureza transformada pela ação humana, ao longo de uma série de gerações, surge enquanto modos de apropriação visíveis na paisagem, reproduzindo a história e a concepção do homem sobre o morar, trabalhar, viver. **A paisagem, por sua vez, contém mistérios, beleza, sinais, símbolos, alegorias, tudo carregado de significados; memória, que “revela múltiplas impressões passadas”, imagens impregnadas de história** (CARLOS, 2007, p. 33, grifos nossos).

É importante ressaltar que a paisagem é resultado da produção do espaço considerando a práxis humana que modifica e constrói elementos não naturais a todo instante por meio da relação dialética entre matéria e ideia (MORAES, 2005).

3.2 - O IDHM E O IBEU EM SÃO JOÃO DEL-REI

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), São João del-Rei possui uma população estimada de 89.832 habitantes, com densidade demográfica de 57,68 hab/km². Localiza-se na mesorregião do Campo das Vertentes.

O Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) de 2010 foi inferido através da análise de três componentes: educação, longevidade e renda oferecendo um ranking dos municípios. Segundo o ranking IDHM de 2010, o primeiro lugar pertence a cidade de São Caetano do Sul em São Paulo que apresenta o valor 0,862 e a cidade de São João del-Rei, aqui analisada, apresenta o valor de 0,758, pertence à 400ª posição, considerado alto (IBGE Cidades, 2010).

São João del-Rei apresenta um IDHM menor do que Belo Horizonte e Barbacena, e maior do que a cidade de Tiradentes. Portanto, a capital do estado Minas Gerais apresenta um maior IDHM, porém é preciso considerar que os maiores valores de repasses de verbas públicas são para a metrópole.

A análise do município de São João del-Rei aqui realizada também considera o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) que está relacionado ao planejamento urbano e a paisagem. O Índice de Bem-Estar Urbano Local envolve cinco dimensões: mobilidade

urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimento de serviços coletivos urbanos e infraestrutura urbana (RIBEIRO & RIBEIRO, 2013).

Segundo Ribeiro e Ribeiro (2013), as dimensões do IBEU foram definidas segundo os aspectos do espaço urbano que contribuem para avaliar as condições de vida dos seus habitantes de forma coletiva em relação ao bem-estar. Neste trabalho, a análise está focada na dimensão da infraestrutura urbana (D5) correlacionada a paisagem. Compreende os sete indicadores seguintes: iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio/guia, bueiro ou boca de lobo, rampa para cadeirantes e logradouros. A dimensão (D5) apresenta o menor valor, considerada baixa quando comparada as outras dimensões e o IBEU do município de São João del-Rei confirmado pela figura 1.

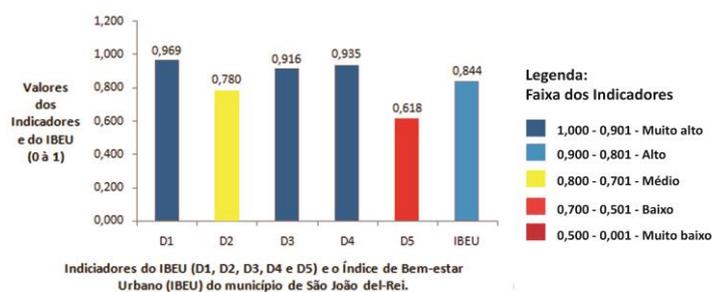


Figura 1. Gráfico dos indicadores do Índice de Bem-Estar Urbano e do IBEU referente a 2010 elaborado por Mariana Chaves. (Fonte: Dados do IBEU de 2010.)

A partir do IBEU (2010), o município de São João del-Rei apresenta valor de 0,844, pertence à 1176ª posição, considerado alto (RIBEIRO & RIBEIRO, 2016). Também foi possível inferir a falta de infraestrutura urbana nesta cidade, pertencendo aos 46,3% dos municípios oriundo na faixa ruim RIBEIRO & RIBEIRO, 2016), observando que esta está concentrada em seu centro histórico. Para Santos e Aguiar (2016), a configuração do espaço urbano desta cidade ao longo da história é:

(...) mediante um padrão excludente de crescimento que não atende às demandas sociais da população e, conseqüentemente, corrobora com a fragmentação socioespacial, que é facilmente perceptível nas formas da paisagem urbana do município: crescimento territorial descontínuo, vazios urbanos, conjuntos habitacionais periféricos e condomínios fechados, novas centralidades, **distribuição de equipamentos comerciais e de serviços, infraestrutura e equipamentos urbanos de forma concentrada e desigual** (SANTOS e AGUIAR, 2016, p. 74, grifos nossos).

Nesta pesquisa consideramos a cidade como uma produção histórico-social devido as suas práticas socioespaciais (CARLOS, 2010) e os agentes sociais que produzem o espaço urbano (CORRÊA, 2004). A produção do espaço envolve agentes

sociais (capital privado, estado e movimentos sociais) que assumem papéis importantes na organização espacial urbana (CORRÊA, 2004).

As relações espaciais se caracterizam pela circulação de decisões e investimentos de capital, mais-valia, salários, juros, rendas, envolvendo ainda a prática do poder e da ideologia (CORRÊA, 2004). Os seus diferentes usos são: serviços, gestão, industriais, residenciais, lazer e reserva para expansão futura. Esta análise do processo de expansão urbana confere as seguintes dinâmicas definidas por Mendonça e Costa (2011):

O espaço urbano passa a ser então visto como resultado, palco e indutor de um processo complexo de relações entre o Estado, diferentes frações do capital, com ênfase para os capitais investidos e terra e na incorporação imobiliária, e a sociedade civil, em especial aquela organizada em movimentos sociais (MENDONÇA e COSTA, 2011, p. 7, grifos nossos).

Segundo Corrêa (2004), o capital se define por duas instâncias: capital produtivo ou industrial e o capital imobiliário. O capital produtivo ou industrial compreende aspectos como a localização, a infraestrutura e os serviços, já o capital imobiliário envolve as empreiteiras, os proprietários e a construção civil. Também é possível apreender o conceito de capital imobiliário conforme uma visão economicista que considera um falso capital porque a origem da sua valorização não é uma atividade produtiva (SINGER, 1982). Contudo, os preços do mercado imobiliário são determinados pelo valor que a demanda quiser pagar (SINGER, 1982).

A cidade se reproduz em meio a disputa do solo urbano devido à concentração de inúmeras atividades diferentes sendo que: “A cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e propriedade” (LEFEBVRE, 2008, p. 59). O capital gera lucro na medida em que preside, orienta e domina o processo social de produção, sendo a cidade um lócus da reprodução da força de trabalho conforme Maricato (2013):

A cidade é o lugar por excelência de reprodução da força de trabalho. Não há como não entender essa formulação. Cada vez mais, na cidade, essa reprodução que se faz de modo coletivo ou “ampliado”, dependente do Estado (MARICATO, 2013, p. 140, grifos nossos).

A sociedade capitalista produz o espaço de forma tão intensa por meio do trabalho humano que se configura por meio da hegemonia da classe dominante

(COSTA, 2006) e do Estado permeando os conflitos das lutas de classes e o capital financeiro (HARVEY, 2014).

4 - RESULTADOS PRELIMINARES

A paisagem da Colônia do Marçal revela má infraestrutura urbana, presença de lotes vagos com vegetação em grandes proporções, falta de bueiros, poucas atividades de lazer e a presença de apenas uma praça. É possível problematizar essas constatações por meio de discussões referentes à apropriação cultural dos espaços públicos pelos moradores, qualidade de vida, infraestrutura urbana numa área resultante do processo de expansão urbana e da especulação do capital imobiliário.

As formas do capital de moldar o ambiente urbano também se correlacionam com os agentes do mercado imobiliário presente nas metrópoles, mas no município de São João del-Rei e, principalmente, no bairro da Colônia do Marçal, esta lógica é reiterada através da venda da qualidade de vida pela proximidade com a Serra São José.

(...) Assim, os agentes do mercado imobiliário passam a vender “qualidade de vida”, “contato com a natureza”, “preservação ambiental, em um **processo que reproduz a urbanização excludente e predatória nesse ilimitado processo de expansão urbana** (PIRES, 2010, p. 123, grifos nossos).

Após as análises sobre a cidade de São João del-Rei e o bairro Colônia do Marçal, foi realizado um levantamento fotográfico posterior ao estudo do processo histórico para melhor compreensão da lógica do mercado imobiliário e quais são os seus impactos na infraestrutura urbana do bairro, na paisagem e nas suas práticas culturais dos residentes. Foram realizadas na Colônia do Marçal (delimitada na figura 2) visitas que permitiram a seleção de pontos para o levantamento fotográfico: a Avenida Luiz Giarola, a Rua Leonardo F. Barros e a Avenida Antônia de Almeida Neves, apresentadas no mapa da figura 3.





Figura 2. Mapa de localização da área de estudo elaborado por Mariana Chaves.

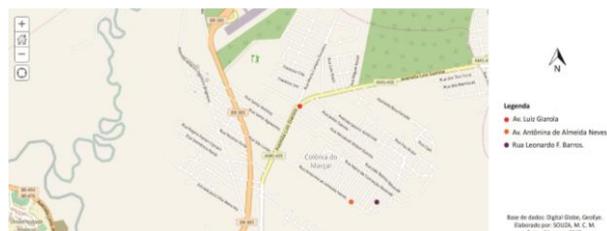


Figura 3. Mapa de localização das ruas do bairro onde realizou-se o levantamento fotográfico. Elaborado por Mariana Chaves. (Fonte: Base de dados do Digital Globe, GeoEye, 2017.)

Na Avenida Luiz Giarola as figuras 4 e 5 evidenciam poucas modificações no período estudado, sendo que há permanência de vegetação mas de forma desordenada e ausência de cuidado para o lote ao lado do sítio denominado “Sítio Paraíso” conforme imagens.



Figuras 4 e 5. Montagem de fotos da Avenida Luiz Giarola tiradas em 26 de maio de 2014 e 29 de março de 2017. (Créditos: Mariana Chaves.)

Quanto a dimensão da infraestrutura urbana, foi constatada a presença de lotes vagos com vegetação em grandes proporções e a falta de bueiros, mesmo sendo uma área incluída em uma bacia de inundação, portanto, suscetível à enchentes (figuras 6 e 7). Em relação a Avenida Antônia de Almeida Neves, destacam-se poucos lotes vagos, descuidados (figura 8) e com presença de buracos.



Figuras 6 e 7. Fotos da Avenida Luiz Giarola. A esquerda foi tirada em 26/05/2014 e a direita em 30/02/17. (Créditos: Mariana Chaves.)





Figuras 8. Fotos da Avenida Antônia de Almeida Neves tiradas em 15/01/17. (Créditos: Mariana Chaves.)

Em relação ao mapa (figura 2), a área delimitada do bairro Colônia do Marçal apresenta poucas praças, sendo a “Nossa Senhora da Penha” pouco utilizada por seus moradores (figura 9).



Figura 9. Foto da Praça Nossa Senhora da Penha tirada em 29/02/17. (Créditos: Mariana Chaves.)

A importância da apropriação dos espaços públicos baseada em histórias pessoais de cada um conforme as suas vivências no cotidiano compreender a leitura da cidade a abordagem da geografia cognitiva (SERPA, 2011). Estes espaços livres dos bairros da cidade segundo Daroda (2012) apresentam as seguintes potencialidades:

São os espaços livres da cidade que permitem a interação entre as pessoas, o ambiente natural e o ambiente construído, atuando como lugares de encontro e um meio de comunicação social que reflete a diversidade socioespacial da cidade. **Os espaços públicos oferecem ao cidadão a possibilidade de usufruir sua cidade através das práticas sociais, lazer, manifestações da vida urbana e conseqüentemente uma melhor habitabilidade do ambiente urbano** (DARODA, 2012, p. 18, grifos nossos).

Uma boa habitabilidade do ambiente urbano (DARODA, 2012) se relaciona com as experiências vivenciadas no cotidiano (CARLOS, 2007) e a apropriação do espaço público que ressignifica os lugares por meio das práticas culturais (SERPA, 2011) e as condições de trabalho, mobilidade urbana, lazer, a qualidade e concentração dos equipamentos coletivos.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modificação na paisagem do bairro Colônia do Marçal no período em análise manifesta a especulação do capital imobiliário, sendo um espaço fragmentado em que as gestões municipais foram ineficazes e desconsideraram a qualidade de vida dos moradores. A qualidade de vida está calcada na dimensão coletiva devido o papel das políticas públicas.

Se o termo qualidade de vida tem como referência original um caráter individual, no entanto é preciso lembrar que o planejamento governamental



tem alcance coletivo: as políticas públicas são orientadas para grupos. Se o alcance da **qualidade de vida for um objetivo do planejamento e da gestão é preciso vincular ao conceito categorias das necessidades, que possam ser satisfeitas por políticas públicas** (VITTE, 2010, p. 91, grifos nossos).

A qualidade de vida em um determinado bairro e na cidade se dá por meio da junção de aspectos objetivos (a disponibilidade de equipamentos urbanos que atendam a demanda populacional de forma satisfatória) e subjetivos que são a sociabilidade, o convívio em comunidade e a participação popular na gestão urbana (VITTE, 2010). Estas reflexões remetem também ao direito à cidade (LEFEBVRE, 2008).

O direito à cidade é muito mais abrangente e envolve a capacidade de mudar e reinventar a cidade por meio do poder coletivo (HARVEY, 2014). É imprescindível considerar a importância da paisagem urbana em um determinado bairro e em uma cidade tanto para a Geografia, quanto para a Arquitetura e Urbanismo, e para os estudos de planejamento ambiental e urbano de forma integrada e crítica.

6 - REFERÊNCIAS

- AMORIM FILHO, O. A pluralidade da geografia e as abordagens humanistas/culturais. **Caderno de Geografia**, v. 16, n. 26, p. 30- 49, 2007.
- ANDRADE, R. B.; TOLEDO, M. R.; OLIVEIRA, J. S. de; BARBOSA, A. R. Análise crítica do atual processo de expansão urbana em São João del- Rei (MG) a partir do bairro Colônia do Marçal. **I Simpósio Mineiro de Geografia**, Alfenas, 2014, p. 994 - 1008.
- CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007, 123 p.
- _____, A. F. A. Sobre a gestão democrática da cidade: questões para o debate. **Revista GeoTextos**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 179 - 189, 2010.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 11. ed., 2008, 698 p.
- CORRÊA, R. L. **O espaço Urbano**. São Paulo, Ed: Ática, 4 edição, 2004, 94 p.
- COSTA, H. S. M. A cidade ilegal: notas sobre o senso comum e o significado atribuído à ilegalidade. In: BRANDÃO, C. A. L. (org.) **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006, p. 145–156.



DARODA, R. F. **As novas tecnologias e o espaço público na cidade contemporânea.**

Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Porto Alegre, 2012.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014, 294 p.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/geografia_urbana/arranjos_populacionais/mapas.shtm>. Acesso em: 10 de jan. de 2017.

IDHM. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.** Disponível em:

<<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>>. Acesso em: 10 de fev. de 2017.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 5ª ed., 2008, 144 p.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! In: HARVEY, D.; MARICATO, E.; et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 1ª ed., 2013, p. 19 - 26.

MENDONÇA, J. G. de; COSTA, H. S. de M. Introdução. Breve história de ideias acerca da dinâmica imobiliária urbana. In: MENDONÇA, J. G. de; COSTA, H. S. de M. (Orgs.) **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro.** Belo Horizonte: C/ Arte, 2011, p. 7 - 14.

MONGIN, O. **A condição urbana: a cidade na era da globalização.** São Paulo: Estação da Liberdade, 2009, 344 p.

MORAES, A. C. R. A questão do sujeito na produção do espaço. In: MORAES, A. C. R. **Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil.** São Paulo: Anablume, 2005, p. 15 - 26.

PIRES, M. C. S. Mercado imobiliário e expansão urbana pós-1990 na Região Metropolitana de Campinas. In: MENDONÇA, J. G. de; COSTA, H. S. de M. (Orgs.) **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro.** Belo Horizonte: C/ Arte, 2011, p. 107 - 130.

RIBEIRO, L. C. de Q.; RIBEIRO, M. G. **IBEU: Índice de Bem- Estar Urbano.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, 264 p. Disponível em: <<http://ibeu.observatoriodasmegropoles.net/dados/>>. Acesso em: 22 de fev. de 2017.



_____, L. C. de Q.; RIBEIRO, M. G. **IBEU MUNICIPAL: Índice de Bem- Estar Urbano dos municípios brasileiros.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, 117 p. Disponível em: <http://observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/ibeumunicipal_final.pdf>. Acesso em: 15 de mai. de 2017.

SANTOS, M. **Espaço e método.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 5ª ed., 2014, 120 p.

_____, M. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 5ª ed., 2012, 96 p.

_____, M. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico- científico-informacional.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 5ª ed., 2008, 94 p.

SANTOS, B. H. dos; AGUIAR, L. M. B. de. A expansão do território urbano e São João Del Rei/MG: a criação/destruição de geografias da esperança. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 10, n. 1, p. 59-77, 2016.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2011, 205 p.

SINGER, P. O uso do solo na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo: Alfa-Omega, 1982, p. 21 – 36.

TEIXEIRA, M. E. **Ser italiano em São João del-Rei (1988-1914).** Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

VITTE, C. de C. S. Cidadania, qualidade de vida e produção do espaço urbano: desafios para a gestão urbana e para o enfrentamento da questão social. In: BAENINGER, R. (Org.). **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais.** Campinas: NEPO/UNICAMP; Brasília: UNFPA, 2010, p. 79 - 98.